

PERMACULTURA, ECOLOGIA POLÍTICA E REDE DE VILAS
RURAIS: PERCURSOS E EXPERIMENTOS EM PLANEJAMENTO
TERRITORIAL

*PERMACULTURA, ECOLOGÍA POLÍTICA Y RED DE ALDEAS
RURALES: CAMINOS Y EXPERIMENTOS EN LA PLANIFICACIÓN
TERRITORIAL*

Fernando Carneiro Pires¹

Céline Veríssimo²

Raimundo Christian Oliveira Soares³

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar reflexões acerca de conceitos que podem ser utilizados e aprofundados nas leituras, análises e ações de planejamento territorial. O século XX foi marcado por mudanças significativas na intensidade do uso de elementos naturais como água, solo fértil, minerais e combustíveis fósseis, em decorrência do capitalismo global, o que levou às sociedades do mundo a passar por transformações drásticas nas formas de organização social, trabalho, alimentação, migrações forçadas e transformação do seu habitat. Rever e desconstruir conceitos como: desenvolvimento, ecologia, território, política e sociedade, permite criar significados mais coerentes com a realidade de austeridade e violências. Além disso, esclarece a disputa de narrativas discursivas antagônicas sobre ambiente e sociedade. Neste artigo, o foco é analisar de forma crítica a Permacultura enquanto teoria, o seu contexto de origem, as ideias iniciais e o processo de desenvolvimento das propostas colocadas em prática, registradas em publicações. Foram abordados também o campo da Ecologia Política, a Sociedade em Rede e os Movimentos Sociais, analisando um caso de implantação de vilas rurais no Paraná que vislumbra a definição do conceito rurbanidade. Ao final são apresentadas considerações relacionando a teoria e a práxis. Conclui-se que articular o arcabouço teórico da Permacultura com o da Ecologia Política Latino-Americana permite aprofundar o debate e qualificar as práticas em planejamento territorial, seja por iniciativas pessoais ou coletivas da sociedade, ou a partir do poder público descentralizado em ações participativas deliberativas, na direção de um futuro socioambientalmente mais justo.

Palavras-chave: Permacultura, Ecologia Política Latino-Americana, Decolonialidade, Rurbanidade.

¹ Mestrando no Programa de Políticas Públicas e Desenvolvimento, UNILA, graduado em Arquitetura e Urbanismo. Integrante do Grupo Territórios Interioranos, Paisagem e Povos na América Latina. Endereço eletrônico: fernandocarneiropires@gmail.com

² Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNILA e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, da UNILA. Doutora em Development Planning (University College London), Mestre em Arquitetura Sustentável (Universidade de Chiba, Japão) e graduada em Arquitetura e Urbanismo (ARCA/ETAC, Portugal). Endereço eletrônico: celine.verissimo@unila.edu.br

³ Mestrado em andamento em Políticas Públicas e Desenvolvimento, graduado em Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, UNILA. Bolsista Capes/Fundação Araucária. Endereço eletrônico: raimundo.soares.unila@gmail.com

RESUMEN

El propósito de este artículo es presentar reflexiones sobre conceptos que pueden ser utilizados y profundizados en las lecturas, análisis y acciones de planificación territorial. El siglo XX estuvo marcado por cambios significativos en la intensidad del uso de elementos naturales como agua, suelo fértil, minerales y combustibles fósiles, como consecuencia del capitalismo global, que llevó a las sociedades mundiales a sufrir transformaciones drásticas en las formas de organización social, trabajo, alimentación, migraciones forzadas y transformación de su hábitat. Revisar y deconstruir conceptos como: desarrollo, ecología, territorio, política y sociedad, permite la creación de significados más coherentes con la realidad de la austeridad y la violencia. Además, aclara la disputa entre narrativas discursivas antagónicas sobre el medio ambiente y la sociedad. En este artículo, el enfoque es analizar críticamente la Permacultura como teoría, su contexto de origen, las ideas iniciales y el proceso de desarrollo de las propuestas puestas en práctica, registradas en publicaciones. También se abordó el campo de Ecología Política, Sociedad en Red y Movimientos Sociales, analizando un caso de implantación de poblados rurales en Paraná que contempla la definición del concepto de rurbano. Al final, se presentan consideraciones relativas a la teoría y la praxis. Se concluye que articular el marco teórico de la Permacultura con el de la Ecología Política Latinoamericana permite profundizar el debate y las prácticas de calificación en la planificación territorial, ya sea a través de iniciativas personales o colectivas de la sociedad, o desde el poder público descentralizado en acciones deliberativas participativas, hacia una más solo futuro socioambiental.

Palabras clave: Permacultura, Ecología Política Latinoamericana, Descolonialidad, Rurbanidad.

1. INTRODUÇÃO

Compreender as dinâmicas territoriais e observar as bases teóricas e práticas que as mobilizam, é um tema geral no qual este artigo foi elaborado. Para tal, o artigo compreende dois estudos de revisão bibliográfica que visam organizar a correlação entre ideias, conceitos e práticas aqui articuladas entre Permacultura e Ecologia Política Latino-Americana. Nessa discussão, pretende-se propor uma abordagem Outra de planejamento territorial, que possa melhor convergir a pluriversalidade de saberes dos povos e sua relação com a natureza.

O primeiro estudo aborda a Permacultura e a Ecologia Política Latino-Americana enquanto bases teóricas que dão suporte à reflexão crítica, aos movimentos sociais e às práticas, com viés transformador face à realidade de austeridade e de violências, entendidas como resultantes da dominação colonialista, capitalista e patriarcal da modernidade eurocêntrica. Esta análise crítica visa evidenciar a base teórica por detrás de práticas e movimentos que se inspiram na aplicação da Permacultura, para qualificar territórios e relações socioambientais em tempos em que a autonomia dialética com a natureza é cada vez mais importante para a nossa sociedade. O segundo estudo traz uma experiência de iniciativa estatal, mas com uma forte relação com

movimentos sociais, servindo de base empírica para a reflexão dos saberes que emergem das lutas e das resistências a partir dos conceitos apresentados.

Ambos os estudos foram inicialmente desenvolvidos em disciplinas⁴ do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (PPGPPD-UNILA), em Foz do Iguaçu, Paraná. Deste modo, o objetivo central deste artigo é propor o debate acerca de conceitos fundamentados pelas teorias e demonstrado nas práticas sociais, que possam no futuro ser aprofundados em análises aplicadas e implementados em ações e políticas públicas de planejamento territorial com participação pública deliberativa.

2. PERMACULTURA E ECOLOGIA POLÍTICA

O artigo apresenta a genealogia e a contextualização teórica do conceito Permacultura, que em sua origem se centrou em desenvolver uma agricultura permanente. Recentemente, o seu significado mais contemporâneo de cultura permanente contra-hegemônica, abrange diversas áreas da vida em sociedade na natureza. A Permacultura é um conceito que foi proposto na década de 1970 e hoje, após 40 anos de implementação, apresenta diversas práticas, resultados e vertentes que apresentaremos aqui de forma sucinta.

A fundamentação teórica se dá abordando dois aspectos principais, o ambiental ou natural, e o social ou cultural, de modo a compreender as implicações humanas na interação com os demais elementos naturais e suas transformações para construção do seu habitat. Aqui, identificamos os aspectos políticos e econômicos presentes na teoria e nas práticas da Permacultura, para responder às seguintes questões: qual é o modelo socioeconômico proposto pela concepção da Permacultura? A Permacultura é universalista? Ou será pluricultural? Como ela reconhece o bem comum, o decrescimento? Será que se relaciona com o Bem Viver⁵? Como ela entende e expressa o “sistema humano completo”? Até que ponto propõe ou não uma transição social na contracorrente do atual sistema capitalista globalizado? A permacultura considera lutar contra as desigualdades de classe, raça e gênero?

O século XX foi marcado por mudanças significativas na intensidade do uso dos elementos e ciclos da Terra, tais como: água, solo fértil, minerais e combustíveis fósseis, para permitir a expansão global do capitalismo aliado ao individualismo e consumismo desenfreado. A lógica do capitalismo global, nada mais fez do que levar as sociedades em todo o mundo a passar por transformações nas formas de organização social, de produção e padrão alimentar, de

⁴ *Ativação Social e Desenvolvimento* - Prof. Dr. Exolvildres Queiroz Netto - 2019.1; e *Temas em Ecologia Política e Desenvolvimento* - Profª. Dra. Céline Veríssimo - 2019.2.

⁵ Entendemos Bem Viver como cosmovisão dos povos originários e tradicionais, bem como uma visão futura propositiva que se fundamenta nestes mesmos valores. Para aprofundar no tema indica-se a leitura de “O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos” de Alberto Acosta.

construção de suas infraestruturas físicas e de migrações forçadas. Estas transformações ocorreram tanto por iniciativa interna da sociedade, quanto externas a partir das dinâmicas geopolíticas gerando aquilo que se chama de desigualdade Norte-Sul, ou seja, a linha abissal (Santos, 2010) que separa os que participam e prosperam, daqueles que são excluídos e explorados e vivem em sofrimento. Este fato foi e tem sido a base para diversas reflexões teóricas e proposições de como viver no mundo atual, por um lado reconhecendo impactos e por outro buscando caminhos a seguir.

O conceito de Permacultura articula práticas do conhecimento ancestral com a visão holística da atualidade e foi elaborado a partir dos anos 1970, inicialmente na Austrália, por Bill Mollison e David Holmgren. O australiano Bill Mollison (1928-2016) cresceu em uma pequena vila na região insular do Estado da Tasmânia e notou, ao longo dos anos, as transformações ambientais decorrentes da mudança dos sistemas produtivos, políticos e econômicos. Nos anos 1950, sistemas naturais como cardumes e florestas já não eram como antes, esta percepção evidenciou o vínculo afetivo e analítico que ele tinha pela terra em que cresceu. Mollison trabalhou como cientista na seção de Pesquisa de Vida Silvestre da Organização para a Pesquisa Científica do Reino Unido - CSIRO e para o Departamento de Pesqueiros Interiores da Tasmânia, momento em que tentou demonstrar a sua inquietação com as transformações ambientais que dolorosamente observava, mas preferiu se afastar da forma hegemônica da sociedade para voltar com algo propositivo, “algo que nos permitisse a todos viver sem a destruição desenfreada dos sistemas biológicos”. No ano de 1968 iniciou o trabalho como docente na Universidade da Tasmânia e foi aí que, em 1974, junto com David Holmgren (1955-), então estudante na mesma instituição, desenvolveu um sistema de agricultura "ecológica" a que chamaram de Permaculture, a partir da contração das palavras permanent e agriculture, ou seja, agricultura permanente. Os princípios da Permacultura que ambos desenvolveram foram publicados em 1976 no livro Permaculture One, seguido de Permaculture Two um ano depois (figura 01). (MOLLISON, 1998).

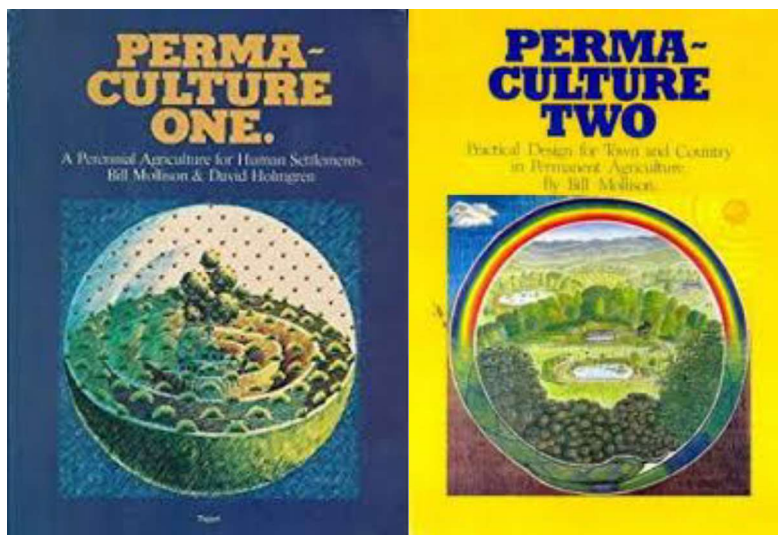


Figura 01: Capas dos livros *Permaculture One* e *Permaculture Two*. Fonte: Amazon.

Com o passar do tempo o conceito de Permacultura foi ampliado e em 1991, na publicação *Introduction to Permaculture*, Mollison diz:

Nos anos 70, eu via a Permacultura como uma associação benéfica de plantas e animais em relação aos assentamentos humanos, em sua maioria direcionados para a autossuficiência doméstica e comunitária, e possivelmente com uma “iniciativa comercial” a partir do excedente daquele sistema. Todavia, a Permacultura veio a significar mais do que suficiência alimentar doméstica. Autossuficiência alimentar não tem sentido sem que as pessoas tenham acesso à terra, informações e recursos financeiros. Então, nos anos mais recentes, a Permacultura veio a englobar estratégias financeiras e legais apropriadas, incluindo estratégias para o acesso à terra, negócios e autofinanciamento regional. Desta forma ela é um sistema humano completo. (MOLLISON, 1998).

David Holmgren (1955-) é também australiano e foi durante a sua formação em Design Ambiental na Universidade da Tasmânia que desenvolveu os trabalhos com Bill Mollison e juntos chegaram à criação conceitual e prática da Permacultura, em sua concepção inicial mais voltada a uma agricultura permanente. Seus pais eram ativistas políticos da classe trabalhadora e no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 recebeu influência das transformações sociais que estavam acontecendo pelo mundo. Em 1973 iniciou a sua formação profissional e acadêmica na inovadora Environmental Design School (Escola de Design Ambiental), na cidade de Hobart no Estado da Tasmânia. Após o lançamento do livro *Permaculture One*, Holmgren se dedicou ao desenvolvimento prático de design para um modo de vida autossuficiente, atuando profissionalmente como consultor em design especializado principalmente nas paisagens temperadas do sudeste australiano, enfatizando o foco biorregional no território em que vivia (HOLMGREN, 2013). Em relação ao contexto de origem e a influências teóricas, Holmgren (2017) aponta que:

A permacultura chegou pela primeira vez à proeminência pública através da grande mídia, e cresceu então para se tornar um movimento global de praticantes, *designers*, professores e ativistas através do PDC (Curso de Design de Permacultura), tudo fora do meio acadêmico. Apesar disso, o conceito de permacultura começou a germinar no solo da academia no meio dos anos 70 (...). Apesar de uma visão negativa da situação do mundo informar o conceito de permacultura, na estrutura do Curso de Design de Permacultura desenvolvido mais tarde por Bill, o foco estava firmemente direcionado a soluções de design ecológico. Agricultura orgânica, energia alternativa, autossuficiência, comunidades intencionais e localismo cooperativo foram parte da mistura da qual surgiu a permacultura. No nível conceitual, EF Schumacher (*Small is Beautiful, [O Negócio é Ser Pequeno]*, 1973) e Edward Goldsmith (*Ecologist Magazine*), Ian McHarg e Christopher Alexander, combinados com visionários do movimento da agricultura orgânica como FH King, Russel Smith, Albert Howard e outros. Mais importante, de acordo com a minha perspectiva, a primeira referência em *Permaculture One* foi ao Livro de Howard Odum, *Power, Environment and Society (Energia, Ambiente e Sociedade)* (1971), um livro difícil que trata da energia incorporada como uma ‘moeda’, e usa uma linguagem de circuitos de energia para identificar e explicar princípios e padrões que unem sistemas naturais, humanos e geofísicos. Esse trabalho foi feito de forma independente do trabalho de Lovelock que chegou à hipótese Gaia. (HOLMGREN, 2017).

Duas publicações de destaque demonstram a sua produção teórica atual, sendo estas o livro “Permacultura: princípios e caminhos além da sustentabilidade” de 2002 com edição em português de 2013, e *Retrosuburbia: the downshifter's guide to a resilient future* de 2018 (Figura 02).

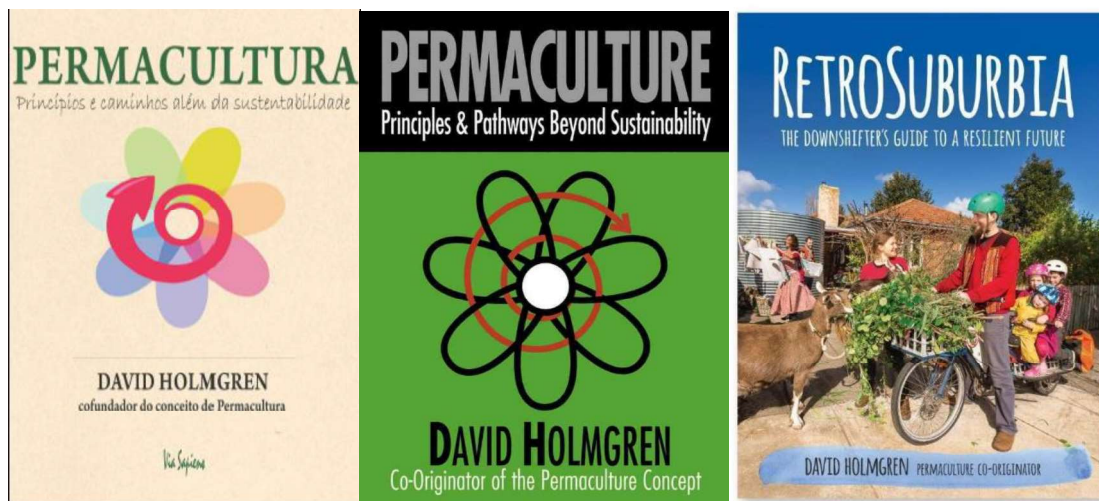


Figura 2: Capas dos livros Permacultura além da Sustentabilidade e *Retrosuburbia*. Fonte: holmgren.com.au.

Além dos textos sobre Permacultura de Bill Mollison e David Holmgren, autores do campo teórico em Ecologia Política Latino-Americana completam a base para o desenvolvimento das reflexões aqui apresentadas mais adiante. Os textos escolhidos são de Arturo Escobar com “O lugar da natureza e a natureza do lugar”, Enrique Leff com “Ecologia Política: uma perspectiva latino-americana” e Eduardo Gudynas e Alberto Acosta com “La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa”.

A Ecologia Política é um campo teórico de base Marxista que articula a questão do vínculo intrínseco entre abordagens políticas e econômicas e seus reflexos socioambientais, argumentando de forma crítica sobre o capitalismo, na medida em que este aliena a humanidade da natureza. Desta forma, traz a reflexão e a desconstrução de conceitos que são muitas vezes usados e difundidos em prol do desenvolvimento capitalista e alimentam a manutenção de estruturas de poder que não promovem melhorias socioambientais efetivas, pelo contrário, destroem a vida humana e a vida não-humana levando à entropia do sistema ecológico.

Neste sentido, os conceitos de desenvolvimento, sustentabilidade e ecologia, permeiam necessariamente esta discussão, uma vez que estes termos são costumeiramente utilizados em prol da continuação predatória da exploração dos recursos naturais e da força de trabalho humano escravizante. Consideramos que ações efetivas para a melhoria da qualidade de vida de todas as pessoas e formas de vida na Terra precisam passar pelo respeito à diversidade étnico-racial, de gênero, cultural e religiosa, pela valorização da biodiversidade e dos saberes bioculturais dos nossos povos, porque não existe um só mundo à imagem ocidental, mas muitíssimos outros que foram ignorados pela história, mas mantidos vivos na luta e resistência contra a modernidade-colonialidade. As ponderações permitem melhorar as práticas e qualificar a teoria que sustenta as ações.

A Permacultura pode ser entendida, além das definições e conceitos, como teoria, como prática e como movimento social. Estes três aspectos podem ser analisados separadamente ou em conjunto, uma vez que no conjunto as partes interagem. No entanto, neste artigo o foco foi analisar a Permacultura enquanto teoria, o seu contexto de origem, as ideias iniciais e o processo de desenvolvimento das propostas registradas em publicações, principalmente as de autoria dos criadores do conceito, ou seja, textos de Bill Mollison e de David Holmgren. Esta análise permitiu evidenciar a base teórica por detrás das práticas e movimentos que se inspiram ou mesmo se focam na aplicação dinâmica da Permacultura, com o objetivo comum de qualificar ambientes e relações.

Importa evidenciar os objetivos da Ecologia Política e da Permacultura, no sentido de permitir o diálogo de forma objetiva. A Ecologia Política tem por objetivo explicitar que natureza e sociedade existem de forma interdependente. A Permacultura tem por objetivo contribuir para a regeneração de sistemas naturais a partir de sistemas humanos planejados.

A Ecologia Política aborda desde o século XIX a reflexão crítica sobre a base política de problemas ecológicos, bem como implicações interativas entre as ações e o reflexo destas no ambiente e na sociedade de um determinado lugar, demonstrando a vinculação entre política, ecologia e sociedade, mesmo antes de definições de ecologia terem sido criadas e do aumento do aquecimento global e mudança climática.

Elementos de análise que podem ser destacados na teoria dos textos de Ecologia Política são: a valorização do lugar, o discurso crítico sobre o desenvolvimento, a estrutura de poder (patriarcal colonial e capital), o eurocentrismo e outras imposições, a desconstrução da colonialidade, a economia global com impactos locais, a diversidade cultural, a exploração ambiental (mineração, desflorestação, etc), o discurso neoMalthusiano de que a população e a pobreza são o problema, a defesa territorial dos direitos dos povos indígenas, comunidades tradicionais, a diversidade epistemológica (sistemas de conhecimento), e a crítica ao capitalismo e ao desenvolvimentismo como catalisadores alienantes que aumentam o abismo norte-sul, ricos-pobres, campo-cidade, entre muitos outros dualismos daí resultantes.

Os conflitos ambientais evidenciam os altos custos ao ambiente, a falta de contabilização socioambiental, a presença de impactos irreversíveis e a pressão invisível e inimputável do mercado financeiro no controle desses processos. Por detrás da evidência está a interação onde a humanidade faz a mediação das relações entre política, economia e sociedade, com os processos biofísicos dos ecossistemas naturais. Outros aspectos da crise ambiental atual, sem esquecer do aquecimento global e mudança climática, são a urbanização, industrialização, extrativismo e globalização; a pressão ecológica, política e econômica que gera ou reforça a degradação ambiental e desigualdades socioeconômicas; e as crises de governo, de planejamento e o desenvolvimento manobrados para que o mercado continue funcionando, em detrimento dos custos na sociedade e no ambiente. Uma base desta crise é, portanto, o sistema capitalista e industrial.

A Ecologia Política considera que natureza e sociedade não existem independentemente, a população e as pessoas pobres não são causa da degradação ambiental, escassez e destruição dos recursos, e que o capitalismo e a globalização são responsáveis pela atual crise ecológica, ou seja, importa analisar a injustiça ambiental, as relações dialéticas e não lineares, as relações de poder desiguais, as formas de poder social, e o fato de as cidades e vilas não serem lugares onde a natureza acaba. A Ecologia Política de origem marxista está vinculada ao início das reflexões e proposições teóricas com base nas sociedades da Europa nos séculos XIX e XX. A Ecologia Política Latino-Americana avança com uma perspectiva que obtém na teoria do chamado Giro Decolonial expandindo assim a abordagem marxista de classe ao tomar por base empírica as sociedades e territórios do sul global (primeiro Índia e depois América Latina) e tratar de denunciar a continuidade histórica da colonialidade inaugurada à escala global no séc. XV permitindo assim acrescentar no debate as dimensões de raça e gênero, articulando a perspectiva acadêmica com a dos movimentos sociais e resistências populares nas relações entre a sociedade e a natureza. O grande desafio atual está em superar o abismo entre os modelos ecocêntricos da ecologia conservacionista e os antropocêntricos da ecologia humana, de modo a alcançar um

equilíbrio e aplicar modelos que possam representar simultaneamente os processos ecológicos e os humanos.

Por sua vez, o contexto de origem da Permacultura, no Estado da Tasmânia na Austrália, em uma região insular, permitiu a união de conhecimentos tradicionais dos povos aborígenes a estruturas de produção de conhecimento ocidental, uma vez que foi, mesmo em um contexto não convencional, em uma universidade que surgiu a formulação do conceito, levando aquilo que Boaventura de Sousa Santos chama de tradução intercultural (Santos, 2010). Este aspecto é fundamental de considerar no sentido de observar a postura de resistência e de transformação se utilizando de estruturas prévias à mudança pretendida. Na sequência, inclusive pela abordagem de resistência, a teoria e a prática seguiram seu amadurecimento já de forma mais independente e autônoma, e de certa forma na contracorrente da modernidade eurocêntrica, o que originou movimentos no mundo inspirados, influenciados ou com algum nível de contato com os princípios ou a formação propriamente em Permacultura.

A premissa teórica da Permacultura ser prática não negava a importância do estudo e da produção teórica, no entanto, levou a algumas práticas e movimentos a aplicar de forma superficial a proposta abrangente que os autores buscaram explicitar. Esta superficialidade mais visível chega a representar ao senso comum o que é a Permacultura e limitar dessa forma o seu potencial de transformação, seja ambiental, social, econômico, cultural, ou mesmo epistemológico, no sentido de reconstruir conceitos. Neste aspecto, a teoria da Ecologia Política Latino-Americana permite a ampliação do senso crítico e a abrangência da visão ao analisar e propor ações que de fato realizam e contribuem para transformações locais e globais, no enfrentamento da dominação colonial, capitalista e patriarcal nos povos do mundo e no planeta Terra.

A Austrália como Sul do Norte, ou seja, localizada no hemisfério Sul, mas com padrões de vida do Norte global, é simbólica na abordagem da Ecologia Política sobre a Permacultura, porque envolve resistência à modernidade-colonialidade e resgata e valoriza o conhecimento de seus povos originários - os chamados aborígenes. As violências, genocídios e epistemicídio sobre os povos aborígenes foram os mesmos que na América Latina, então como é que a Permacultura na Austrália valoriza e convive com os povos originários? E no mundo, como as experiências de Permacultura se relacionam com os povos originários e tradições ancestrais e mesmo com a alteridade?

Em um exemplo latino-americano no Peru, o Refúgio Tikabamba, que é um centro de Permacultura na região andina, valoriza e promove com a comunidade local, espaços de fortalecimento biocultural.

Complementando o estudo comparativo entre abordagens e experiências de planejamento territorial, por assim dizer sem reduzir a abrangência das ideias, a próxima parte deste artigo segue com a análise de aspectos mais concretos a serem articulados nas reflexões propostas.

Estes aspectos correspondem ao conceito de sociedade em rede e o estudo da experiência das Vilas Rurais no Paraná.

3. REDE DE VILAS RURAIS NO PARANÁ

No contexto do Desenvolvimento Rural, o Governo do Paraná criou, na década de 1990 com apoio do Banco Mundial, Vilas Rurais para qualificar a vida de famílias em áreas rurais do estado. Esta iniciativa será analisada considerando o referencial teórico sobre Sociedade em Rede e Participação Social, visando compreender os resultados, potenciais e limitações.

A organização social com o uso de tecnologias de comunicação e informação caracteriza um determinado contexto histórico, a Sociedade em Rede (CASTELLS, 2000), onde as relações sociais passam a lidar com esta variável tecnológica, de modo que os processos de participação e os movimentos sociais são por esta influenciados. No entanto, a organização em Rede não se limita ao uso de tecnologias de comunicação e informação, sendo relevante considerar principalmente quem são os atores, as relações e os resultados das ações realizadas.

Abordando o tema Redes e Desenvolvimento Rural, a análise apresentada visa refletir sobre as questões: quais os resultados das Vilas Rurais criadas pelo Governo do Paraná no desenvolvimento rural do estado? O conceito de Rede ou Sociedade em Rede foi considerado ou pode ser aplicado nesta iniciativa? Com isso, busca-se observar as Vilas Rurais de acordo com o conceito de Sociedade em Rede e identificar a participação social nesta política pública. Para tanto, utilizou-se como referencial teórico os autores Manuel Castells e Ilse Scherer-Warren, bem como o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES-PR.

3.1. SOCIEDADE EM REDE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Os conceitos de sociedade em rede e participação social serão trabalhados neste artigo com base nos autores Manuel Castells e Ilse Scherer-Warren. Para Castells (2000), as tecnologias de informação e comunicação transformaram a sociedade, apresentando algumas características distintas de outros momentos históricos, como a liderança difusa, a comunicação direta e auto-reguladora, a atuação local e global ao mesmo tempo, e a própria singularidade histórica.

A influência da organização mundial em rede sobre a sociedade e os indivíduos traz uma reflexão sobre a oposição bipolar entre a Rede e o Ser, dentro do processo de transposição tecnológica revolucionária no contexto social, onde a tecnologia e a sociedade passam por uma

transformação histórica. O início se dá nos anos 1970 na Califórnia - EUA, e com sua expansão, consequências sociais involuntárias da tecnologia são notadas em todo o mundo. Por surgir da reestruturação capitalista, e nova sociedade é capitalista e informacional. (CASTELLS, 2000)

Analisando o desenvolvimento e a produção, a reestruturação capitalista promove o desenvolvimento do informacionalismo. O capitalismo e o estatismo são modos de produção e o industrialismo e o informacionalismo são modos de desenvolvimento. Neste sentido, o que é formado pode ser chamado de capitalismo informacional. A partir deste quadro, a sociedade informacional possui especificidades históricas e culturais por um lado, e semelhanças de paradigma econômico e tecnológico por outro (CASTELLS, 2000). De acordo com Castells (2000), o Ser na sociedade informacional apresenta uma manifestação paradoxal entre viver conectado com o mundo e perder a própria identidade. Neste sentido, o autor apresenta uma visão otimista, caracterizada por um mundo multicultural e interdependente, formando uma perspectiva múltipla que reúna identidade cultural, sistemas de redes globais e políticas multidimensionais.

Relacionando as redes mais à participação social, Scherer-Warren (2011) aborda a articulação da sociedade civil, as redes sociais, os coletivos em rede e as redes de movimentos sociais. No contexto da globalização e informatização, os movimentos sociais tendem a se diversificar e complexificar. A noção de sociedade civil pode ser entendida como parte da classificação da sociedade em Estado, Mercado, Sociedade Civil, sendo a participação cidadã um desafio para todos e um referencial de atuação buscado pelos movimentos sociais. (SCHERER-WARREN, 2011)

A autora apresenta três níveis de organização da sociedade civil: 1. associativismo local; 2. articulação inter-organizacionais; e 3. mobilizações na esfera pública. Deste processo surge a rede de movimento social enquanto conceito teórico para explicar a reunião de diversos movimentos sociais já organizados em rede, formando assim redes de redes, ou redes de movimentos sociais no sentido de somar forças em pautas comuns (SCHERER-WARREN, 2011). O movimento social se define por possuir identidade, adversário e projeto. Neste sentido, coloca-se uma reflexão sobre a atuação com o Estado ou de forma mais autônoma, no sentido de criar pressões legítimas sem assumir para si o papel de outra parte (SCHERER-WARREN, 2011). A transversalidade de direitos - civis, políticos, socioeconômicos, ecológicos ou de localismo, à diferença - é outra característica observada no contexto de maior conectividade, o que leva a valores se tornarem reivindicações. Além dos direitos humanos clássicos, portanto, há uma nova geração de direitos sendo formados e reivindicados. (SCHERER-WARREN, 2011)

As redes de redes de movimentos são então formadas a partir desta complexificação e interconexão de pautas em comum. E as formas de atuação segmentadas passam a ser mais integradas, no sentido de reunir conhecimento, ativismo e prestação de serviço ao invés de apenas haver uma atuação específica (SCHERER-WARREN, 2011). Este quadro leva ao momento de

empoderamento das redes de movimento, onde orientações político-pedagógicas podem ser notadas: 1. resgatar a dignidade; 2. ação coletiva; e 3. articulação. Neste sentido, a governança e a participação são construídas em espaços de formação e atuação: mobilizações de base local; fóruns da sociedade civil; e parcerias entre sociedade civil, Estado e mercado (SCHERER-WARREN, 2011). A gestão das políticas públicas pode ser mais ou menos cidadã, de acordo com as relações de força e as possibilidades de convergência entre movimentos, estado e mercado. Os sujeitos neste contexto apresentam-se com relativa autonomia e a possibilidade de transposição de fronteiras territoriais, temporais e sociais formam uma nova utopia do ativismo. (SCHERER-WARREN, 2011)

3.2. VILAS RURAIS EM REDE

O processo de modernização da agricultura no Brasil, foi fortemente fomentado pelo regime militar em meados de 1960 a partir de uma política desenvolvimentista, como forma de política desenvolvimentista. Essa postura marcava um importante momento na agricultura brasileira, a transição de uma antiga estrutura agrícola, atrasada tecnologicamente, para uma agricultura inserida nos circuitos capitalistas e com uma nova forma de produção integrada a processos industriais (SCHNEIDER, 2003. P 145).

A principal ferramenta usada pelo Estado no processo de modernização da agricultura brasileira foi a Lei n.º 4.829 de 5/11/1965, que instituiu o Sistema Nacional de Crédito Rural, onde era possível acessar financiamentos e créditos nas áreas rurais, com finalidade de incentivar o progresso técnico e assim alcançar a modernização (BIANCHINI, 2015. P 15).

A partir do Sistema Nacional de Crédito Rural a agricultura se expande e se moderniza no Brasil, principalmente na região sul do País. Porém, essa modernização chegava somente para aqueles agricultores que já possuíam recursos e garantias para acessar o crédito rural, criando assim uma “modernização conservadora” (SILVA, 1996).

No estado do Paraná, a modernização chegava e se estruturava de maneira sólida, devido às antigas estruturas de produção de café na região norte do estado, que já contavam com certo grau de modernização e estavam mais inseridas no mercado capitalista. As antigas produções de café davam espaço para a produção de soja e trigo, e não só a produção, mas devido a inserção dos complexos agroindustriais na década de 1970, os produtos processados a partir dessas culturas também ganharam destaque, tanto para exportação quanto para consumo interno. Essa nova lógica de produção também requer uma série de investimentos, como insumos, tratores, equipamentos industriais, dentre outros, e o crédito rural atenderia essas necessidades, porém, somente para os produtores que possuíam certas garantias, como terras com grandes dimensões, e que tivessem

como prioridade a produção de soja e trigo ou produtos demandados pelos centros urbanos (ASARI; PONTE, 2001).

A modernização da agricultura também modificou a forma de trabalho rural com a inserção de máquinas nos processos produtivos, onde não era mais necessário a mão de obra durante todo o processo de produção, transformando os trabalhadores fixos em temporários, ou “bóias-frias”, e criando um processo de migração pendular, que se caracterizava pelo deslocamento dos trabalhadores das áreas periféricas urbanas para as áreas rurais (SILVA, 1996).

Além da mudança na forma de trabalho no campo, outro fenômeno causado pela modernização, e que complementa a mudança na forma de trabalho e a migração dos trabalhadores para área rural, é a concentração fundiária que acabou eliminando os pequenos produtores que estavam ao redor das grandes propriedades. Esse fenômeno foi consequência do acesso ao crédito, discutido anteriormente, que contemplava somente os grandes produtores, e acabava deixando os pequenos produtores cada vez mais encurralados na região (ASARI; PONTE, 2001).

Pode-se dizer que a combinação dos problemas discutidos até aqui, teve como consequência o êxodo rural (e uma série de problemas urbanos), e como principais pessoas inseridas nesse fenômeno estavam os produtores que não conseguiram se manter no campo, devido às pressões exercidas pelos grandes produtores, e que acabaram na nova dinâmica trabalhista, como trabalhadores temporários que migravam das periferias urbanas para as áreas rurais para trabalhar em determinados períodos da produção. A partir dos problemas gerados pela modernização e pressões exercidas por atores de movimentos sociais, em meados da década de 1990 continua o debate sobre a necessidade de uma reforma agrária no estado do Paraná, e um dos atores envolvidos neste período no debate foi o Banco Mundial. O Banco Mundial teve um papel importante no debate da reforma agrária, porém controverso com a sua visão de reforma, onde se tinha um modelo de reforma agrária de mercado, resultante das discussões envolta dos problemas gerados pela modernização forçada da agricultura em países periféricos, ou o modelo estrutural adotado na época (PEREIRA, 2004).

A partir disso, o Banco Mundial passa a investir em fundos sociais e ambientais no Brasil (e em uma série de países periféricos), tudo isso em conjunto com o governo federal e os estaduais. No estado do Paraná o projeto apoiado foi o de Manejo de Recursos Naturais e Alívio à Pobreza do PR- Paraná 12 meses, que recebia recursos do FUNPARANÁ, com objetivo de aliviar vários problemas presentes no meio rural (GARRISON, 2001).

Além dos problemas comentados até aqui, durante a década de 1990 os movimentos sociais estavam em ascensão e exercendo grande pressão sob o governo, com manifestações, conflitos e ocupações, o que fez com que o governo federal e os Estados agissem de forma rápida

para solucionar esse problema. A ideia de reforma agrária de mercado, proposta pelo Banco Mundial, foi então adotada (PEREIRA, 2004).

No estado do Paraná, o Projeto Paraná 12 meses, deu origem ao Programa de Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador Rural, que em seguida daria origem ao subprograma Vilas Rurais, criados durante o governo de Jaime Lerner, que tinha como objetivo de realocar a população rural que migrou para os centros urbanos, principalmente os trabalhadores volantes, ou “bóias-frias” (SOUZA, 2001).

O subprograma Vilas Rurais surge como alternativa para uma possível “reforma agrária”, porém, na lógica proposta pelo Banco Mundial e como solução para a grande pressão exercida pelos movimentos sociais, que estavam em ascensão na época. A ideia do governo do Paraná, era fazer uma reforma diferente das reivindicadas, menos conflituosas e violentas se comparadas às ocupações do Movimento Sem Terra - MST, e focada nos trabalhadores volantes (PONTE, 2002).

Além das alternativas expressas anteriormente, uma outra proposta feita pelo subprograma era trabalhar com características urbanas e rurais nas vilas, trazendo o conceito de “rurbano” (ANDRONIO; SOUZA, 2001).

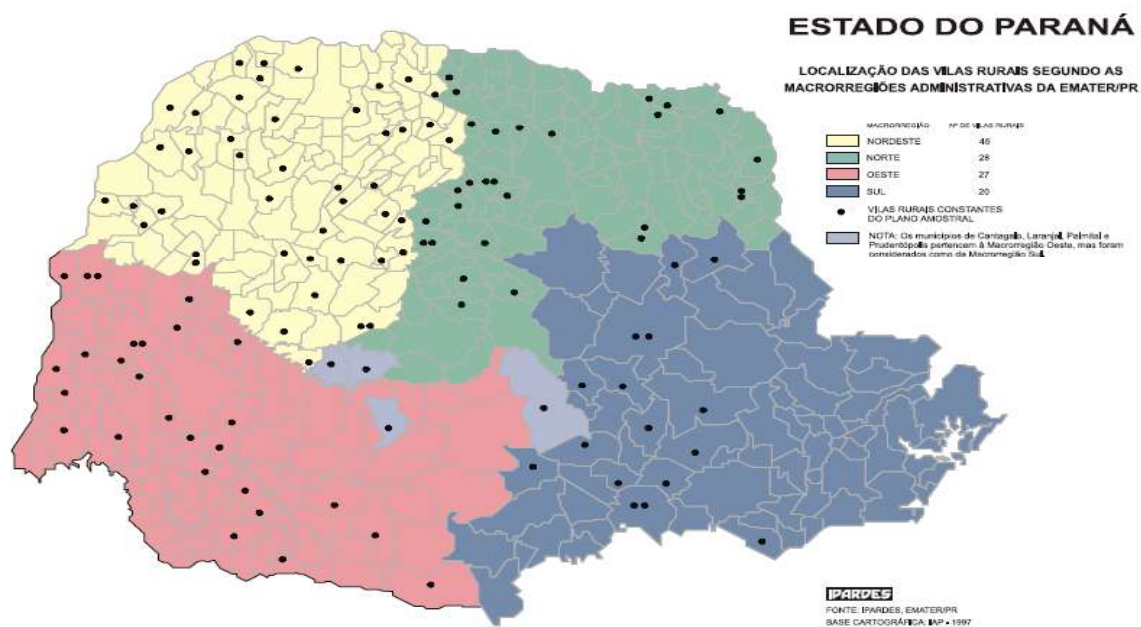
Trabalhar com a ideia de “rurbano” nas vilas rurais, foi consequência dos impactos da modernização da agricultura, que por sua vez, mudou a forma de produzir no campo, trazendo uma lógica mais capitalista e uma relação mais próxima com os centros urbanos. Outro ponto a destacar quanto a ideia de “rurbano” é o estilo de vida das pessoas que fizeram parte do Vilas Rurais, os atores viviam nas periferias de centros urbanos, com uma dinâmica urbana, mesmo grande parte sendo trabalhadores volantes que migravam do centro urbano para o rural, de forma sazonal, em períodos de colheita por exemplo (ANDRONIO; SOUZA, 2001).

Segundo Bana (2001), o objetivo geral do subprograma Vilas Rurais era implantar vilas rurais próximas a centros urbanos, com intuito de melhorar a condição de vida das famílias dos trabalhadores volantes, com residências e espaço para produção agrícola, contribuindo para o aumento da produção agrícola no estado. Para alcançar o principal objetivo, o Vilas Rurais tinha uma série de objetivos específicos que podemos ver a seguir:

- a) Propiciar melhores condições de moradia aos trabalhadores rurais volantes atendidos, fixando-os em seu próprio meio.
- b) Melhorar as condições nutricionais do público-alvo, através da produção de alimentos de subsistência em sua propriedade.
- c) Desenvolver o desempenho profissional dos trabalhadores rurais volantes e seus familiares nas atividades agrícolas e não agrícolas do setor rural.
- d) Contribuir para o aumento da renda familiar através da capacitação de mulheres e jovens, em ofícios possíveis de serem absorvidos pelo mercado próximo ou local.
- e) Melhorar as condições sociais da família através de adequado atendimento sanitário, educacional e de lazer.

- f) Propiciar mão-de-obra qualificada à disposição da produção agrícola.
- g) Contribuir para a melhoria das condições de saúde e segurança no trabalho.
- h) Contribuir para a eliminação do trabalho infantil e regularização do trabalho juvenil.
- i) Contribuir para que nas relações de trabalho sejam respeitados os aspectos trabalhistas e previdenciários.
- j) Integrar os trabalhadores rurais volantes e seus familiares ao Sistema Nacional de Emprego (SINE), assegurando a melhoria das condições de trabalho e propiciando novas oportunidades, agrícolas e não agrícolas, de geração de emprego e renda.
- k) Apoiar a organização da categoria, diretamente ou através de suas entidades representativas.
- l) Disseminar o associativismo incentivando a organização comunitária.
- m) Redirecionar os investimentos que hoje são feitos nos centros urbanos em função das imigrações (BANA, 2001).

O Vilas Rurais durante sua implementação, beneficiou cerca de 15.600 famílias, com um total de 120 vilas rurais, distribuídas em todo o estado do Paraná (Ver Mapa 1) (GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 2002).



Mapa 1 : Distribuição das vilas rurais no estado do Paraná. Fonte: IPARDES

Nota-se que as principais regiões beneficiadas pelo Vilas Rurais foram a norte e nordeste do estado, onde se tinha um maior fluxo de trabalhadores volantes, devido ao histórico de

produção das duas regiões, e por terem sido regiões bastante afetadas pelo fenômeno de modernização da agricultura. Segundo relatórios do IPARDES (2000), cerca de 19,9% dos trabalhadores que viviam nas vilas rurais eram trabalhadores rurais temporários, fortalecendo a ideia de que o Vilas Rurais tinha como público-alvo os trabalhadores bóias-frias.

É importante trazer para o debate deste trabalho a questão histórica da região, o processo de modernização da agricultura, a mudança no meio rural do Estado e a criação do subprograma Vilas Rurais, para visualizar no próximo tópico como isso influenciou na formação das próprias vilas rurais, na articulação dos atores que pensaram na política e os que foram beneficiados, na relação dos movimentos sociais com a questão da reforma agrária, e para visualizar as vilas que ainda restam. Para analisar a experiência das Vilas Rurais no Paraná, observou-se aspectos quanto a formação das comunidades; se houve ou não articulação social; a situação atual a partir de dois estudos de caso; a rede de atores na formulação e implementação desta política pública; a relação dos movimentos sociais com este projeto; e a ideia de uma “reforma agrária possível” (SOUZA; OLIVEIRA, 2014).

A formação das comunidades se deu a partir da iniciativa do Governo do Estado do Paraná, no entanto havia a pressão de movimentos sociais, principalmente as atividades do MST, por soluções de reforma agrária. O critério de definição dos moradores se deu a partir das relações de trabalho volante em cada região, buscando atender famílias que já tinham uma relação com o local de implantação das vilas. A articulação entre Sociedade Civil, Estado e Mercado se deu de forma dispersa e houve muito mais uma ação direta do Estado, relacionado com o Banco Mundial, para atender uma demanda social, o que indica a relação entre diferentes níveis de atuação, desde o global até o local. A pressão social no contexto de luta pela reforma agrária e a existência de problemas urbanos com movimentos sociais vinculados, gerou de certa forma um contexto favorável à tomada de decisão por parte do Estado, o que foi viabilizado pelo programa de desenvolvimento financiado pelo Banco Mundial. No desenvolvimento das vilas, a falta de formação para a participação e organização social pode ser notada nos problemas apresentados e até mesmo nas justificativas para se terminar o projeto. Por outro lado, territorialmente foi formada uma rede de vilas rurais no estado que é um resultado concreto e um potencial a ser utilizado pelas comunidades atuais e futuras das vilas.

Os atores que formaram a rede de formulação e implementação desta política pública de reforma agrária, mesmo considerando o desequilíbrio entre as partes, pode-se dizer que representam o estado, o mercado e a sociedade civil, ou seja, o Governo do Estado do Paraná, o Banco Mundial e as famílias atendidas, além da participação indireta do movimento social sem terra, principalmente o MST, no sentido de criar pressão social e política para soluções de acesso à terra. O processo de modernização da agricultura gerou um ambiente de conflitos e reivindicações no espaço rural, o que foi intensificado pelas ocupações de terras improdutivas e

pressões feitas no ambiente político pelo movimento social sem terra, principalmente o MST, reivindicando uma reforma agrária no País. Essa participação no debate acabou influenciando, mesmo que de maneira informal, a criação do Vilas Rurais, pois como visto, um dos motivos da criação do subprograma foi ter uma proposta diferente das que o MST reivindicava, porém o Estado acabou aderindo à ideia de que era necessário se fazer uma reforma agrária.

Neste sentido, referente aos movimentos sociais, nota-se que havia uma identidade, um projeto de reforma agrária e existiam os adversários, que seriam o Estado e grandes proprietários de terras modernizados. Essa estrutura, leva à reflexão da atuação do movimento com o Estado, e como são criadas as pressões legítimas nessa relação. A ideia de reforma agrária pensada pelos movimentos sociais, acabou sendo substituída pela ideia de reforma agrária de mercado, proposta pelo Banco Mundial, uma política que teve sua articulação e implementação feita de “cima para baixo”, sem a participação direta do público-alvo, e pensada a partir da lógica das organizações envolvidas.

O Vilas Rurais, como projeto dessa “reforma agrária”, acabou passando por diversos problemas quanto a organização dos atores envolvidos, foram gerados conflitos entre moradores das Vilas, problemas tipicamente urbanos, advindos da lógica urbana que os moradores possuíam e que acabaram dificultando o processo de reforma agrária proposto pelo Estado. Em relação à infraestrutura física e comunitária das Vilas Rurais, hoje existe uma rede física de vilas rurais no Estado, fato que pode ser utilizado para novas ações de desenvolvimento rural. Em Foz do Iguaçu - PR, a Vila Rural foi incorporada ao planejamento municipal por meio de seu plano diretor, integrando de certa forma a rede urbana e rural da cidade.

Na experiência de Foz do Iguaçu quanto na rede estadual de vilas rurais formada, mais em um sentido físico do que social, nota-se que há o potencial de qualificação das práticas de planejamento territorial pelos municípios, bem como demanda de formação e valorização dos agricultores e residentes de modo geral destes assentamentos, o que é possível realizar com a contribuição de aspectos teóricos, metodológicos e organizacionais apresentados e estudados pela Permacultura e pela Ecologia Política, como exemplo: o design ambiental a partir das demandas das pessoas e da regeneração ambiental; a valorização cultural e o estímulo a soluções que incorporam o tempo de desenvolvimento dos sistemas e não apenas ações de curta duração ou imediatas; e no campo educacional, a importância de ações que integram a comunidade a partir dos diversos saberes socialmente construídos.

4. DISCUSSÃO

Os modos de vida tradicionais são fonte de conhecimento, mas também são práticas do presente e que podem contribuir para a solução de problemas atuais. Neste sentido, mais do que

aprender é necessário respeitar os modos de vida tradicionais e buscar meios de preservar sistemas de conhecimentos e de estar no mundo diversos. Refletir sobre a construção e a desconstrução de conceitos como desenvolvimento, ecologia, política e cultura, permite criar significados coerentes com a realidade e evidencia a disputa de narrativas em que vivemos.

A Permacultura está inserida neste contexto e, portanto, se faz necessária a constante reflexão sobre o posicionamento político e social de suas práticas. As Vilas Rurais representam uma ação importante por parte do Governo Estadual, no entanto, a distribuição das Vilas Rurais no Estado apresenta a característica de isolamento entre elas, sendo as relações sociais promovidas mais internamente e localmente do que entre uma e outra. A participação dos moradores se deu de forma receptiva e não necessariamente construtiva, apresentando diferenças de envolvimento social caso a caso. Por outro lado, a falta de suporte do poder público na manutenção da iniciativa foi determinante para a paralisação do programa, inclusive com a falta de capacitação para a participação.

O conceito de redes, tanto no aspecto informacional quanto no social, e o estudo das transformações sociais e econômicas a partir das tecnologias de informação no contexto de reestruturação do capitalismo, permitiu fazer uma leitura mais profunda sobre o programa Vilas Rurais, de modo a compreender melhor o processo de formação, as dificuldades e o potencial da rede de vilas rurais que hoje é um fato no Estado do Paraná. De fato, percebeu-se que o programa foi administrado em grande parte pelo Estado, não havendo participação social e articulação, em formato de rede, por parte dos beneficiários, porém, como visto antes, uma rede de articulação tem papel fundamental nas ações de um grupo, e pode ser visto como um avanço nas reivindicações. Para construção e avanço nos debates, as mobilizações de bases locais, fóruns da sociedade civil e parcerias entre sociedade civil, Estado e Mercado, são ações fundamentais para a construção da governança e participação da comunidade, como vimos em Scherer-Warren, (2011). Além da importância do papel das redes nas vilas rurais, a Permacultura e a Ecologia Política trazem importantes elementos que podem empoderar os atores das vilas rurais. No âmbito da Permacultura, pensando a partir de Mollison, temos além de um sistema suficientemente alimentar, propostas de estratégias financeiras partindo da comunidade e articulações para o acesso à terra. A Permacultura também possui um viés de movimento social, o que fortalece ainda mais a questão das vilas rurais atuantes em rede.

Enquanto política pública, nota-se a importância de maior envolvimento e participação cidadã nos processos de formulação e implementação de políticas de desenvolvimento rural, da mesma forma que em políticas urbanas também é desejável, de forma a gerar resultados mais consistentes e coerentes com as comunidades participantes. Além disso, o envolvimento e participação nos processos de formulação de políticas públicas se faz ainda mais importante nas áreas chamadas “rurbanas”, devido às pressões causadas cada vez mais por centros urbanos,

muitas vezes oriundas do próprio poder público, com cobrança de impostos e taxas urbanas em áreas que contam com produção rural. Existe também as pressões oriundas do mercado imobiliário, que cada vez mais busca se expandir. Visto isso, enxerga-se a necessidade de formulação e implementação de políticas públicas que abranjam as especificidades da população rurbana, porém levando em consideração a participação dos atores envolvidos, com metodologias de avaliação e formulação que sejam “Bottom-up”, ou seja, que a política seja elaborada a partir dos problemas levantados pela comunidade e com a participação ativa das pessoas. Destaca-se por fim, o potencial da implementação de políticas públicas para o desenvolvimento rural e urbano a partir de abordagens territoriais e análises críticas, necessárias especialmente na particularidade de comunidades rurbanas, como as famílias que vivem e produzem nas Vilas Rurais, valorizando assim modelos descentralizados e que promovam a autonomia dos povos.

REFERÊNCIAS

ANDRONIO, J. V. E. Y. M. W. J.; SOUZA, R. S. M. DE. *As Vilas Rurais na Região Oeste do Estado do Paraná: uma política pública de desenvolvimento e seu impacto na vida dos trabalhadores rurais volantes*. n. 11, p. 43, 2001.

ASARI, A. Y.; PONTE, K. F. DA. *Programa Vilas Rurais : retorno do trabalhador rural ao campo ?* Geografia, v. 10, n. 2, p. 163–173, 2001.

BANA, L. *Vilas Rurais no processo de transformação do espaço rural no município de Paranavaí. Presidente Prudente*: Universidade Estadual Paulista, 2001.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. Paz e Terra, 2000.

COHAPAR. *Cohapar lança projeto de habitação rural e suspende Vilas Rurais*. 2003.

ESCOBAR, Arturo. Lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: LANDER, Edgardo (Org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 69- 86

GARRISON, J. W. *Estudos sobre os fundos sociais e ambientais apoiados pelo Banco Mundial no Brasil*. 2001.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. *Vilas Rurais*. Consultado na Internet, em 25 de fevereiro de 2002. <http://www.pr.gov.br/vilasrurais>.

GUDYNAS, Eduardo e ACOSTA, Alberto. La renovación de la crítica al desarrollo y el buen vivir como alternativa. In: *Utopía y Praxis Latinoamericana*. Maracaibo, Venezuela: A 16, n. 53, p. 71-83.

HOLMGREN, David. *Os Fundamentos da Permacultura*. Versão resumida em português. Santo Antônio do Pinhal, SP: Ecosistemas, 2007.

HOLMGREN, David. *Permacultura: 4 décadas de educação, design e ação para um futuro próspero de decrescimento energético*. Tradução: Pedro Souza. Discurso de aceitação do Doutorado – CQU (Central Queensland University), 2017. Disponível em : <https://permacultura.paginas.ufsc.br/files/2018/04/Discurso-Homgren-doutorado-CQU_-_portugues.pdf>. Acesso em 20 set 2019.

HOLMGREN, David. *Permacultura: princípios e caminhos além da sustentabilidade*. Tradução Luzia Araújo. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013.

IPARDES, I. P. D. D. E. E. S. *Avaliação da atividade Vilas Rurais: síntese estadual e macrorregional*. Curitiba, 2000.

IPARDES. *Avaliação da atividade Vilas Rurais*. 1999.

JORNAL DE BELTRÃO. *Pontos positivos e negativos das Vilas Rurais*. 2005.

LEFF, Enrique. *Ecologia Política: uma perspectiva Latinoamericana*. In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Curitiba: vol. 35, 2015.

MOLLISON, Bill. *Introdução à Permacultura*. Tradução: André Luis Jaeger Soares. Brasília: MMA/SDR/PNFC, 1998.

PEREIRA, J. M. M. *O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial em questão: o debate internacional e o caso brasileiro*. Teoria, luta política e balanço de resultados. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), v. Mestrado, p. 282, 2004.

PONTE, K. F. DA. Reflexões sobre o programa vila rural a partir de algumas ideias propostas por Ignácio Rangel. In: *Geografia*, vol. 11, p. 209–218, 2002.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula [orgs.]. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes da sociedade civil: advocacy e incidências possíveis. In *Vida em Rede*, 2011.

SILVA, J. G. DA. *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 1996.

SOUZA, Simone Ferreira de; OLIVEIRA, Edi Carlos de. *Projeto governamental paranaense “Vilas Rurais”*: Uma análise comparativa da real atividade desenvolvida nas Vilas Rurais Esperança e Nova Vida. 2014.